

## MÃENUAL DAS MULHERES INVISÍVEIS

Lolita F. Goldschmidt<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Universidade Federal do Rio Grande do Sul, lalolainspiraciones@gmail.com

### Propósito

Este trabalho busca identificar e analisar como o discurso sobre a maternidade opera como um mecanismo de controle e opressão das mulheres-mães, incluindo o ambiente acadêmico. Através de experiências pessoais e relatos de outras mães, o objetivo é compreender a perpetuação de estereótipos de gênero e suas implicações na vida acadêmica e profissional.

### Revisão da Literatura

Marcello (2003) argumenta que os discursos cotidianos sobre a maternidade visam explicar e normatizar experiências maternas específicas, perpetuando estereótipos que reforçam normas sociais de controle sobre as mulheres. Ela destaca como o imaginário social da mãe ideal cria pressões para que as mulheres cumpram um papel específico. Zanello (2016) enfatiza que mulheres que não priorizam o cuidado com os outros são frequentemente julgadas negativamente, sendo rotuladas de egoístas e inadequadas. Adichie (2017) critica a glorificação da mulher multitarefa, destacando como essa visão limita as mulheres a papéis de cuidadoras e perpetua desigualdades de gênero. Ferreira (2022) sublinha a invisibilidade das mães solo na academia e a naturalização da negligência paterna, que sobrecarrega e discrimina significativamente as mulheres.

### Procedimentos Metodológicos

A metodologia deste estudo envolve uma análise crítica de narrativas pessoais e familiares, complementada por uma revisão da literatura acadêmica sobre o tema. Através de relatos pessoais e vivências descritas por outras mães, busca-se problematizar o imaginário materno e suas implicações contemporâneas. A análise inclui experiências de gerações anteriores e as dificuldades enfrentadas pelas mulheres na conciliação entre a vida profissional e a maternidade.

## Resultados

A análise das experiências pessoais e familiares revela a desproporcional responsabilidade pelo cuidado dos filhos que recai sobre as mulheres. Minha bisavó Delfina, mãe de 12 filhos, e minha avó Romilda, mãe solo de oito filhos, são exemplos de como a sobrecarga materna é vista como uma virtude, perpetuando estereótipos de gênero. Além disso, minha própria trajetória ilustra a dupla jornada enfrentada pelas mães acadêmicas, que impacta negativamente sua carreira e produtividade.

## Implicações da Pesquisa

Este estudo destaca a necessidade de políticas inclusivas e sensíveis às demandas das mães no ambiente acadêmico e profissional. Sugere-se a implementação de creches, flexibilização de horários e maior sensibilidade dos dirigentes institucionais para garantir equidade de oportunidades. A pesquisa enfatiza a urgência de revisões normativas que reconheçam a maternidade como uma dimensão valiosa da diversidade na produção de conhecimento. É crucial criar um ambiente acadêmico que valorize a maternidade e promova a justiça e inclusão para todas as mulheres.

## Texto Expandido

Minha bisavó materna, Delfina, foi mãe de 12 filhos, cuja responsabilidade recaiu quase que totalmente sobre ela. Mulher sisuda e inflexível, foi frequentemente caracterizada como uma *veia ruim* na narrativa familiar. Tal expressão revela uma construção social que reflete e reforça estereótipos de gênero e maternidade, explicitando normas sociais de controle sobre as mulheres.

Marcello (2003) salienta que “[...] cotidianamente discursos e sentidos são operacionalizados para explicar, detalhar, objetivar, tornar visíveis e enunciáveis determinadas formas de experienciar a maternidade” (MARCELLO, 2003, p. 25). Zanello (2016), por sua vez, enfatiza que “[...] uma mulher que não priorize o cuidado com os outros (filhos, marido, família), geralmente é julgada como egoísta, fálica e outros termos que, no uso, adquirem um caráter pejorativo” (ZANELLO, 2016, p. 114). Assim, o reforço social de que o cuidado cabe

em maior proporção às mulheres, sobretudo às mães, implica em uma sobreposição de tarefas e em sobrecarga.

Minha avó paterna, Romilda, criou oito filhos sozinha. A família exaltava a figura dessa mulher capaz de gerir a logística da casa, dos filhos e do sustento sozinha. Orgulhava-se da imagem da mãe que dá conta, que não precisa de ninguém. Adichie coloca que “nossa cultura enaltece a ideia das mulheres capazes de “dar conta de tudo”, mas não questiona a premissa desse enaltecimento [...] o pressuposto desse debate é que o trabalho de cuidar da casa e dos filhos é uma seara particularmente feminina.” (ADICHIE, 2017, p. 17/18). A citação aponta para a distribuição desigual de responsabilidades de gênero na sociedade, destacando como essa visão estereotipada da feminilidade pode perpetuar desigualdades e injustiças, limitando mulheres a um papel de cuidadoras, privando-as de potenciais em outros aspectos da vida.

A prática do cuidado materno integra um sistema social que sobrecarrega e invisibiliza as mães, sobretudo a mãe solo, ou seja, “aquela que é responsável, senão de forma absoluta, quase que em sua totalidade, pelos cuidados diários, pela criação psicofísica e pelo provimento (afetivo e financeiro) de seus filhos” (Ferreira, 2022, p. 01). A reprodução desse discurso traz consigo a naturalização da negligência, ou mesmo do abandono paterno, onerando e discriminando de forma significativa as mulheres.

Exponho minha própria trajetória como exemplo. Eu, como muitas mulheres que são mães e continuam suas trajetórias profissionais, vi-me obrigada a assumir uma dupla jornada após a chegada dos filhos, enfrentando períodos de sobrecarga sem precedentes que impactaram significativamente tanto minha vida pessoal quanto profissional. Essa sobrecarga, invisibilizada socialmente, coloca as mulheres em desvantagem quando não conseguem manter o nível de produtividade profissional.

Tal dinâmica estrutural evidencia uma lacuna crítica no tecido social e nas políticas de trabalho, revelando um profundo desequilíbrio de gênero que permeia tanto a esfera pessoal quanto a profissional. Isso ressalta a urgência de revisões normativas e institucionais que priorizem a equidade de gênero.

É nítido, para mim, que a chegada dos filhos marcou o início de uma fase em que o avanço da minha carreira ocorreu a um ritmo consideravelmente reduzido. Isso se deu devido à necessidade de conjugar múltiplas funções e demandas. Havia grande esforço para manter a

continuidade na produção criativa e atuação no campo artístico. Esta realidade se estendeu também à minha trajetória acadêmica, onde foi necessário reestruturar rotinas de aulas, estudos e participação em eventos, culminando na diminuição significativa da minha produtividade.

A situação ilustra vividamente o profundo impacto que a maternidade pode exercer não apenas na esfera pessoal, mas também na profissional, revelando um dos modos pelos quais a maternidade funciona como um mecanismo de controle social sobre os corpos femininos. Ferreira (2022) ressalta a necessidade crucial de ampliar os espaços de discussão na academia sobre a realidade das mães e de suas carreiras frequentemente prejudicadas. Mostra-se fundamental o desenvolvimento de políticas e práticas mais inclusivas para que a maternidade não se converta em um obstáculo ao sucesso acadêmico, mas seja reconhecida como uma dimensão valiosa da diversidade na produção de conhecimento.

Como poderíamos, então, construir um ambiente acadêmico caracterizado pela justiça e inclusão?

Para Ferreira, uma gama de questões se faz necessária, abrangendo desde a necessidade de flexibilização de horários até a sensibilidade dos dirigentes e coordenadores institucionais, e a implementação de estruturas de apoio como creches, as quais se mostram imprescindíveis para instaurar uma equidade de oportunidades efetiva.

Ponto que, mesmo no meio acadêmico, um espaço teoricamente enriquecido com recursos para aprofundar essa reflexão, persiste uma visão patriarcal que relega as mulheres a uma posição marginal. Assim, revelam-se como as estruturas de poder tradicionais continuam a moldar as narrativas acadêmicas e sociais sobre a maternidade, subjetivando e oprimindo mulheres.

Acontecimentos recentes explicitam este argumento, como o caso da Dra Maria Carlotto, docente na UFABC. Após enviar uma solicitação ao CNPq para obtenção de uma bolsa de produtividade, teve apontada como limitação em seu currículo a ausência de um período de pós-doutorado internacional. O relatório de avaliação sugeriu que as razões para não realização desses estudos estavam associadas às suas gestações e responsabilidades familiares

subsequentes<sup>1</sup>. Esta observação evidencia como compromissos pessoais são percebidos e podem impactar a avaliação da carreira acadêmica, especialmente no contexto feminino.

O ocorrido pode ser considerado um exemplo de preconceito. Além disso, explicita a discriminação e opressão enfrentadas pelas mulheres no ambiente acadêmico diante de suas complexas dinâmicas de gênero, as quais são constituídas por critérios lineares e quantitativos, não contemplando a vida pessoal das pesquisadoras.

Cabe lembrar que o impacto da maternidade na ciência é enorme. Daí a importância de compreender e trazer visibilidade às circunstâncias particulares enfrentadas por mães que são também pesquisadoras, e que enfrentam a dupla jornada de demandas intensas de cuidado infantil e obrigações acadêmicas, além de compromissos em outras áreas.

Nesse ínterim, no dito paraíso da maternidade, segue-se padecendo invisivelmente soterrada em demandas naturalizadas em proporções e intensidades distintas. Dito isso, urge a importância de multiplicar e aprofundar estudos nessa direção, validando-os cientificamente com o intuito de evidenciar questões tão sérias ainda significativamente ignoradas socialmente.

#### REFERÊNCIAS:

Adichie, C. N. (2015). *Sejam os todos feministas* (C. Baum, Trad.). São Paulo: Companhia das Letras.

Ferreira, T. (2022). O desafio invisibilizado da maternidade solo na academia. *Jornal da Universidade*. Recuperado de <https://www.ufrgs.br/jornal/o-desafio-invisibilizado-da-maternidade-solo-na-academia/>.

Marcello, F. A. (2003). *Dispositivo da Maternidade: mídia e produção agonísticas de experiência* (Tese de Doutorado, Faculdade de Educação, UFRGS, Porto Alegre, RS, Brasil).

Zanello, V. (2016). Dispositivo materno e processos de subjetivação: desafios para a psicologia. In V. Zanello & M. Porto (Orgs.), *Aborto e (não) desejo de maternidade(s): questões para a psicologia* (pp. 103-122). Brasília: Conselho Federal de Psicologia. Recuperado de [https://www.repositorio.unb.br/bitstream/10482/24590/1/CAPITULO\\_DispositivoMaternoProcessos.pdf](https://www.repositorio.unb.br/bitstream/10482/24590/1/CAPITULO_DispositivoMaternoProcessos.pdf).

---

<sup>1</sup> Ver link: <https://www.gov.br/cnpq/pt-br/assuntos/noticias/cnpq-em-acao/nota-de-esclarecimento-1>